

# Pressão sobre os arquivos do SNI

GAZETA MERCANTIL

por José Casado  
de São Paulo

Um dos primeiros efeitos práticos da mudança nas regras constitucionais: acumulam-se na Justiça Federal petições para a abertura, ainda que parcial, de um dos arquivos mais secretos da República, o do SNI.

Até o final do expediente de ontem, o STF protocolou oito pedidos de "habeas-data" contra o SNI, conforme relata a repórter Miriam Lombardo, de Brasília. Foram apresentados por pessoas que desejam conhecer o conteúdo de suas fichas no serviço secreto e, também, por parentes de alguns dos 125 presos políticos do antigo regime militar, dados como desaparecidos pelas entidades de defesa dos direitos humanos.

O STF nada decidiu, por enquanto. O chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, manteve sua habitual discrição e não se pronunciou. Ontem, conta o editor Cláudio Kuck, ele recebeu, entre outros, o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, que lhe pediu para agir junto ao presidente José Sarney e conseguir que a empresa estatal Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) aumente as compras de carvão mineral catarinense.

Criado sob a inspiração do falecido general Golbery do Couto e Silva, o SNI começou a operar oficialmente em junho de 1964, caracterizando-se como um dos principais centros de poder político dos governos militares. Na sua estrutura formal, conforme pesquisadores como Alfred Stepan, autor de vários livros sobre a presença dos militares na política da América Latina, monopoliza mais funções internas e externas que seus correspondentes no estrangeiro.

Seus arquivos, de acordo com depoimento do ex-chefe da agência central, general Newton Cruz, em 1980, mantêm fichas com dados biográficos dos cidadãos que se encontram no seu alvo político, obtidos através dos prontuários existentes nos órgãos de segurança federais e estaduais.

Nesse fichário, ainda de acordo com o ex-chefe da agência central, as pessoas são classificadas segundo sua "posição ideológica", "atividade subversiva", "atitude em relação à Revolução de 31 de março de 1964"

(Continua na página 5)

7 OUT 1988